

A SITUAÇÃO DO NEGRO NO FUTEBOL BRASILEIRO: TRABALHO, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL

Francisco Xavier Freire Rodrigues

1. Introdução

As interpretações sobre a temática da desigualdade no pensamento sociológico geralmente tomam por base duas grandes correntes interpretativas distintas: (1) Teoria Crítica - enfatiza a desigualdade entre os grupos sociais (classes). Defende que as desigualdades se configuram como socialmente relevantes a partir dos conflitos de classes e relações de dominação. As análises orientadas por essa teoria privilegiam alguns temas clássicos como: poder, exploração, dominação, divisão de classe, propriedade privada. Dá-se uma dimensão ética ao tema da desigualdade. (2) Teorias referentes às diferenças hierárquicas multidimensionais que têm origens em situações não determinísticas. Preocupação com a constatação, classificação e compreensão das estruturas e situações nas quais se manifestam as desigualdades. Ênfase na divisão profissional, integração, estratificação funcional, identidade, cultura, valores, tradição, subjetividade e outros aspectos.

Um importante pressuposto para se pensar as desigualdades na sociedade contemporânea é de que as desigualdades estão sendo multiplicadas e ampliadas. São crescentes os abismos que existem nas escalas sociais, econômicas e culturais. Trata-se de um resultado do processo capitalista de organização da produção e da sociedade. O modo de produção capitalista se caracteriza pelas recentes transformações e estratégias de precarização do trabalho, o que tem contribuído para enfraquecer as estratégias de resistência ao capitalismo.

Uma incursão na produção sociológica acerca das desigualdades, nos permitiu verificar que os sociólogos Erik Olin Wright e John Goldthorpe desenvolveram, com propriedade, alguns dos esquemas conceituais e operacionais de classe social voltados para a análise de levantamentos de dados amostrais mais consagrados na sociologia contemporânea.

Nas duas últimas décadas do século XX estes autores orientaram programas de investigação de ampla escala que se caracterizam pela valorização teórica das dimensões de propriedade, organização/autoridade e qualificação/perícia, bem como pelo uso de categorias empíricas de classe baseadas na estrutura do emprego (Crompton, 1998, p. 54-76).

Segundo a abordagem de Erik Olin Wright, classe social representa uma forma particular de divisão social resultado da distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos em uma dada sociedade. Tal divisão produz conseqüências significativas sobre a vida dos indivíduos e sobre a dinâmica das instituições. Pois, como se sabe,

A condição de classe afeta os interesses materiais, as experiências de vida e as capacidades para ação coletiva dos indivíduos. O poder causal da posição de classe exerce-se ao condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao moldar as experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. O que a pessoa tem (ativos produtivos) determina o que ela obtém (bem-estar material) e o que deve fazer para conseguir o que obtém (oportunidades, dilemas e opções) (Santos, 2002, p. 4).

Este trabalho tem por objetivo discutir o tema da desigualdade social a partir de uma problemática muito particular: o futebol brasileiro. Trata-se de uma breve abordagem acerca da desigualdade de renda no futebol brasileiro que enfatiza as diferenças nos níveis salariais por região e por raça.

Nossas fontes de dados são primárias e secundárias. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários, bem como utilizado o material bibliográfico já produzido pela temática na Sociologia do Esporte no Brasil.

O trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte apresenta genericamente algumas características da desigualdade social no Brasil, enfatizando a importância das dimensões espacial e racial. A segunda parte aborda, especificamente, a desigualdade de renda, apontando algumas das eventuais causas. A terceira parte trata da desigualdade de renda no futebol brasileiro, apresentando um panorama geral do período de 1996 a 2001. A quarta parte tem por objeto a desigualdade regional no futebol brasileiro. A quinta parte discute a desigualdade racial

no futebol, com ênfase particular no futebol carioca. A última parte constitui-se de algumas considerações finais, ou seja, uma retomada geral da discussão.

2. Algumas Características da Desigualdade Social no Brasil

O debate sociológico sobre a estrutura de classes e a estratificação social no Brasil contemporâneo é bastante limitado, o que não significa dizer que não se estuda a desigualdade social. Como linhas gerais sobre a desigualdade social, consideramos importantes algumas características da desigualdade social no Brasil segundo a abordagem de Sorj (2001, p. 21-24):

1) *O acesso diferenciado aos bens de consumo coletivo é um elemento central na composição da desigualdade social no Brasil.* A desigualdade é geralmente medida em termos da diferença de renda entre famílias e indivíduos. Serve para medir o poder aquisitivo de bens e serviços no mercado. Uma falha dessa metodologia é que não reflete o acesso diferenciado aos bens e serviços coletivos assegurados pelo Estado: água corrente, transporte, telefone, esgoto, eletricidade, saúde, educação, etc. (Sorj, 2001, p. 21).

2) *A desigualdade tem forte componente espacial.* A população mais pobre do país está visivelmente concentrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. São regiões que foram marginalizadas pela economia mercantil. Houve maciça migração da população rural para os centros urbanos na década de 60 do século XX com a modernização conservadora na agricultura. Para compensar as desigualdades regionais exigem-se políticas de desenvolvimento regional com fortes investimentos em infra-estrutura. Com base nessa observação pertinente de Sorj (2001), trataremos de evidenciar algumas situações reveladoras da desigualdade de renda no futebol brasileiro entre as regiões. É na região Nordeste que se encontram o maior número de jogadores profissionais que recebem menores salários (os salários mais baixos). O que sugere que o futebol reflete a dinâmica sócio-econômica da região, caracterizada pela elevada desigualdade. Mais adiante apresentaremos alguns dados que comprovam nossas afirmações.

3) *A desigualdade social no Brasil tem um forte componente racial e de gênero.* Historicamente a população negra tem sido excluída socialmente no Brasil. Os negros são discriminados no mercado de trabalho e se concentram nos setores mais desfavorecidos da sociedade brasileira. Além da segregação racial, verifica-se a discriminação contra a mulher. A partir dos anos 1970 houve maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho. Este setor sofre discriminação no mercado de trabalho, ocupa posições de menor importância. No entanto, a mulher apresenta um melhor nível educacional no Brasil (Sorj, 2001, p. 23). Tendo este aspecto em mente, procuraremos enfatizar a dimensão racial como componente da desigualdade de renda no futebol profissional brasileiro. Aparentemente o futebol é um espaço de fácil mobilidade social para jovens oriundos das camadas sociais mais desfavorecidas entre as quais se encontra grande parte da população negra deste país. Investigações sociológicas recentes mostram que mesmo no futebol o negro é discriminado no mercado de trabalho, pois é a parcela de profissionais que recebe menores salários.

4) *O acesso desigual aos bens de consumo coletivo administrados pelo Estado é um eixo central na estratificação social no Brasil.* Muitas vezes a região e o lugar onde se vive definem o acesso aos bens de consumo. A relação com o Estado estrutura o tipo de emprego. O Estado é um dos critérios de diferenciação na estrutura de classes no Brasil.

3. Desigualdade de Renda

Uma das questões polêmicas que suscitou muitos debates no Brasil é a relação entre crescimento econômico, distribuição da renda e indicadores sociais. Acerca dessa questão, dois modos de avaliar a equidade entre estes aspectos se impõem: (1) medidas do nível de pobreza absoluto - esta se define de modo geral pela ausência de um nível mínimo de renda para atender a necessidades básicas: saúde, educação, nutrição, etc. (2) leva-se em conta a distribuição da renda entre os grupos populacionais.

Sem dúvida alguma a pobreza absoluta é um importante fator para se analisar a relação entre o nível de vida da população e o crescimento econômico. Da mesma forma que é também importante a desigualdade relativa. A distribuição da renda é resultante de processos estruturais.

Como lembrava nos Marx, a distribuição dos meios de consumo é consequência da distribuição das condições de produção. Deve-se levar em conta nisso fatores políticos e institucionais.

Uma das características da sociedade brasileira é a elevada concentração de renda, um importante indicador da desigualdade social e econômica. Sabe-se que nas décadas de 1960 e 1970 houve uma ampliação da desigualdade da renda. Entre 1970 e 1980 a distribuição da renda se tornou mais concentrada no Brasil. Os 20% mais ricos da população tiveram aumento de 1,4% na participação da renda total. A participação dos 40% mais pobres caiu em torno de 0,2%. O crescimento das diferenciações tem se acentuado ainda mais nas últimas décadas, tornando o Brasil um verdadeiro campeão em desigualdade social.

Percebe-se uma certa tendência, por parte da imprensa e até de setores da academia, em naturalizar as desigualdades no Brasil, o que se traduz na pouca problematização e muitas vezes no seu ocultamento na teoria social brasileira. Na verdade, o problema da desigualdade em nosso país não é um tema central nas ciências sociais.

As causas da desigualdade da renda

Algumas explicações econômicas neoclássicas para a desigualdade de renda têm como base a relação entre o nível de qualificação da força de trabalho e o perfil da demanda de trabalho em mutação. Argumenta-se que a base salarial esteja ancorada na oferta elástica de trabalhadores não-qualificados. No estrato superior da escada educacional as elasticidades são menores e decrescentes. Teoricamente, em uma sociedade moderna quando ocorre o crescimento econômico aumenta a procura por trabalhadores qualificados. Se há aumento na procura de trabalhadores qualificados, e se estes existem em pequeno número, a consequência é um aumento diferencial nos salários. Disso resulta maior concentração de renda. O aumento da desigualdade seria transitório segundo a teoria. Investimentos em educação trariam frutos no sentido de aumento na oferta de mão-de-obra qualificada. O que significaria o retorno do equilíbrio no mercado de empregos.

Alguns analistas defendem que o aumento da desigualdade de renda no Brasil deve-se às políticas salariais adotadas pelos governos militares. Estes governos exerceram rígido controle sobre o nível do salário mínimo, bem como uma forte repressão aos sindicatos. Isso levou a uma queda na renda do trabalhador.

No entanto, é necessário assinalar outros fatores que contribuem para manter e aumentar as desigualdades na sociedade brasileira, tais como a forma de inserção do Brasil no contexto econômico mundial, ou seja, sua posição na divisão internacional do trabalho, a concentração de renda, a discriminação étnica e de gênero, a corrupção, o elevado índice de analfabetismo, o desemprego, a violência, o crime organizado, a concentração do poder político, a questão racial, as disparidades regionais e a dominação cultural.

Nos anos 80 houve uma piora na concentração de renda no Brasil. Diminuiu a participação dos 40% mais pobres da população no total de rendimentos do país e aumentou a participação dos 10% mais ricos.

O *Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil* mostra que as fronteiras da desigualdade social no Brasil pouco se modificaram ao longo da nossa história.

Dados do *Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil*, organizado por Marcio Pochmann (2003), mostram que em 2001 os 10% mais ricos detinham cerca de 70% de toda a riqueza nacional. O patrimônio das 5 mil famílias muito ricas brasileiras equivale a 40% do PIB (Produto Interno Bruto), cerca de R\$ 700 bilhões. As crises econômicas nas últimas décadas contribuíram para piorar a situação social e econômica da classe média, aumentando o número de pobres e concentrar ainda mais o dinheiro nas mãos dos ricos.

O *Atlas da Exclusão Social* utiliza como base o Censo 2000 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, de 2001. Uma das conclusões do estudo é que uma pequena parcela da população conseguiu melhorar de vida devido à “financeirização” da riqueza. Trata-se de uma consequência de um movimento maior também verificado na economia internacional que implicou em uma guinada da economia do setor produtivo para o setor financeiro. Isso é resultado do processo de financeirização da economia que vem ocorrendo em escala mundial. Na verdade, essa parcela da população conseguiu aumentar seu capital não a partir de investimentos no setor produtivo ou de remuneração assalariada, mas a partir de lucros obtidos com a movimentação do dinheiro no setor financeiro.

Um dado agravante é que o percentual dos ricos no nosso país dobrou, apesar de representar ainda uma pequena parcela da população, mas só é preocupante pelo fato de que o percentual de pobres também é crescente, claro. Segundo o *Atlas da Exclusão Social*, em 1980, 507 mil famílias eram ricas, ou 1,8% dos brasileiros. Em 2000, elas eram 1,1 milhão, ou 2,4%. Os ricos são, na sua grande maioria, pessoas brancas que possuem curso superior e trabalham no setor privado.

Dos quase 900 mil ocupados provenientes de famílias com alta renda, cerca de 40% são altos executivos. O restante é empregador, profissional liberal ou atua no setor público. Apenas 8,7% são negros ou pardos, contra uma participação deste segmento de 46% na população total (*Revista Época*, n. 307, 5 de abril 2004).

4. Desigualdades no Futebol Brasileiro

Tomaremos como parâmetro de análise a variável “salário” para avaliar uma das dimensões da desigualdade no futebol brasileiro. Apresentaremos a seguir o número de jogadores de cada região do país distribuídos por faixa salarial.

Um dos mitos que domina o imaginário social esportivo no Brasil é de que os jogadores de futebol são na sua maioria milionários, recebem salários elevadíssimos. A imprensa tem participação importante na construção e difusão desse mito. Vejamos alguns dados importantes:

TABELA 1 - Média de Salários dos Jogadores de Futebol no Brasil (1996, 1997, 1999 e 2001)

Faixa Salarial dos Jogadores Profissionais no Brasil (1996, 1997, 1999 e 2001)						
Ano e Faixa Salarial em %	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Total
1996	54,70%	24%	7,90%	3,90%	9,50%	100,0
1997	19,30%	51,40%	19,60%	6,70%	3,0%	100,0
1999	52,00%	31%	8,00%	3,00%	6,00%	100,0
2001	42,62%	39,55%	7,35%	3,56%	6,92%	100,0

Fonte: CBF, Folha de São Paulo (31/01/2002) e Mattos (1997 p. 99).

Em relação ao primeiro ano, podemos verificar que a maioria dos jogadores profissionais de futebol recebe até um salário mínimo (54,70%). Trata-se de uma média salarial extremamente baixa para um grande número de empregados, pois se consideramos que o número de atletas profissionais em 1996 era algo em torno de 23.000 (vinte e três mil) jogadores, significa que mais de 12.000 (doze mil) empregados (trabalhadores) da bola tinham rendimentos mensais de um salário mínimo. Cerca de 24% do total de atletas recebiam de 1 a 2 salários. Se somarmos as duas primeiras faixas salariais, temos então 78,70% dos jogadores recendo até 2 salários, o que representa uma situação precária na qual vivia a imensa maioria dos jogadores profissionais do país. Sabemos que o perfil salarial de 1 a 2 salários não pode ser caracterizado de classe média. Tendo isso em mente, é possível sim questionar a tão propagada função de mobilidade social atribuída ao futebol no nosso país, bem como desmistificar a idéia de que a profissão de jogador de futebol remunera muito bem seus trabalhadores.

Em 1996 eram somente 9,50% dos jogadores que recebiam acima de 10 salários mínimos. O que se poderia concluir é que o futebol brasileiro como um mercado de trabalho apresenta enormes disparidades em termos salariais, e de forma genérica se caracteriza pelos baixos salários.

Comparando 1996 com 2001, podemos perceber uma redução significativa no estrato de menor faixa salarial, algo em torno de 22 pontos percentuais. No entanto, percebe-se também que aumentou significativamente a parcela de jogadores que recebem de 1 a 2 salários, passando de 24% em 1996 para 39,55% em 2001. A principal alteração foi realmente entre estes dois estratos. Com relação ao estrato mais elevado, aquele formado por jogadores que recebem mais

de 10 salários mínimos, verificamos que houve uma redução de 9,50% (em 1996) para 6,92% (em 2001). O que se pode concluir é que de fato ocorreu uma redução na média salarial no futebol brasileiro a partir de 2001, e não exatamente um maior equilíbrio na distribuição dos salários. Pois, se somarmos os dois primeiros estratos, temos então algo em torno de 82,17% do total de jogadores brasileiros recebendo como salário mensal um valor de 1 a 2 salários. Trata-se de uma baixíssima média salarial. Temos 6,92% recebendo acima de 10 salários. Logo, podemos sugerir que ao invés de uma melhora na condição salarial, ocorreu uma redução na renda do jogador profissional brasileiro, o que significa que as condições de trabalho se tornaram mais precárias. Isso também pode ser articulado com o movimento maior de transformações na economia e nas condições de trabalho que ocorreram no país em diversos setores a partir da década de 1990 e se intensificaram cada vez mais neste novo milênio.

Tomando como base o caso específico do futebol brasileiro da primeira divisão, houve entre 1997 e 2000, uma certa elevação nos salários de alguns atletas, os chamados de elite. No entanto, nos últimos anos percebe-se um movimento de queda no nível salarial. Os grandes jogadores do país tiveram seus salários reduzidos, inclusive Romário. O salário de Romário no Vasco da Gama em 2000 era de R\$ 400 mil. Em 2001, a direção do Vasco da Gama reduz para R\$ 250 o salário de Romário, e no segundo semestre de 2002, declara-se sem condições financeiras para manter o atacante, sonho de consumo de milhões de torcedores brasileiros. Em agosto de 2002, Romário passa a receber R\$ 70 mil para atuar pelo Fluminense. Outros jogadores tiveram salários reduzidos, como Zinho, Marques, Danrlei, Roger. Muitos clubes brasileiros diminuíram despesas, cortando salários. O Flamengo reduziu sua folha mensal de R\$ 3 milhões para R\$ 557 mil. O atleta Marques, atacante do Atlético-MG aceitou, para permanecer empregado no clube mineiro, redução no salário de R\$ 160 mil para R\$ 50 mil (“Craques sem emprego”, Zero Hora, 04/08/2002, esportes, p. 47).

O leitor deve está atento para o fato de que essa queda no nível de renda dos jogadores de futebol está relacionada com as transformações pelas quais passa a economia nacional nos últimos anos, e claro a redução na renda do trabalhador brasileiro, dos quais o jogador de futebol é um deles.

Os grandes clubes do futebol brasileiro estabeleceram um teto salarial máximo de R\$ 50 mil partir de 2001 e 2002. A redução salarial atingiu também os técnicos. As cifras que atingiam até R\$ 150 mil no ano passado, agora baixaram para no máximo R\$ 60 mil (Rodrigues, 2003b).

Diferentemente do que anuncia a mídia, a realidade do jogador de futebol no Brasil é por demais precária. Segundo dados do Departamento de Registro e Transferência da Confederação Brasileira de Futebol, a maioria absoluta dos jogadores profissionais de futebol recebe baixíssimos salários, cerca de 86,54% deles recebiam até R\$ 302,00 (ou dois salários mínimos) e destes, 44,91% recebiam apenas um salário mínimo ao mês em 2001 (*Folha de São Paulo*, “Riqueza restrita faz crescer índice de atletas pobres”, jornal Folha de São Paulo, edição de 24/01/2001).

5. Desigualdades regionais no futebol brasileiro: a questão salarial

Considerando que dimensão regional é de grande importância para explicar parte das desigualdades sociais no Brasil, optamos por fazer uma análise comparativa a partir da faixa salarial no futebol entre as diferentes regiões do país. Como o leitor já deve ter percebido, um dos fios condutores do presente trabalho é a hipótese de que as desigualdades aumentaram nos últimos anos e que o futebol é um espaço de reprodução das desigualdades presentes em outras esferas da sociedade brasileira.

TABELA 2 - Número de Jogadores, Salário e Região

Número de Jogadores Profissionais e Faixa Salarial por Região (2002)						
Faixa Salarial por Região	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Total
NORDESTE	1174	529	157	57	66	1983
NORTE	213	34	40	5	4	296
CENTRO-OESTE	437	136	15	5	31	624

SUL	475	346	104	82	135	1142
SUDESTE	1583	663	243	127	441	3057

Fonte: CBF (2002)

Uma primeira observação geral da tabela acima permite concluir que a grande maioria dos jogadores de futebol no Brasil, independente de sua região onde atual, tinha como piso salarial até 1 salário mínimo. Cerca de 2.757 jogadores profissionais recebiam mensalmente 1 salário mínimo, algo em torno de R\$ 2500 em 2002. Isso já contribui para desmistificar a idéia de que no Brasil a profissão que mais ganha dinheiro é o futebol. Na verdade, o jogador de futebol parece que é um dos profissionais que, na média geral, recebe salários mais baixos. Na verdade, somente uma pequena minoria é que recebe acima de dez salários mínimos. São 677 jogadores profissionais em todo o país que recebem mais do que dez salários mínimos mensais.

As duas regiões que possuem o futebol em estágio pouco desenvolvido são Norte e Centro-Oeste. Percebe-se que existe um reduzido número de jogadores profissionais registrados na Confederação Brasileira de Futebol. O extremo é a região Norte. Esta conta apenas com 296 jogadores profissionais inscritos na CBF. Desse total, 5 jogadores recebem entre 5 e 10 salários mínimos, e somente 4 profissionais têm salários acima de 10 salários mínimos. Nesta região, os principais clubes empregadores de jogadores estão localizados no estado do Pará, sendo basicamente o Payssandu e a Tuna Lusa. Os demais estados não possuem tradição no futebol, disputam somente a segunda e terceira divisões do futebol nacional. Da mesma forma que a economia, o futebol desta região precisa se modernizar para alcançar níveis de desenvolvimento comparáveis ao encontrado nos estados do centro sul do país.

A região Centro-Oeste tem situação parecida com o Norte, pois conta com 624 jogadores profissionais efetivamente registrados, dos quais 5 ganham de 5 a 10 salários mínimos e 31 acima de 10 salários. Comparando com a região Norte, percebe-se que o Centro-Oeste possui realmente uma situação melhor, especialmente no que diz respeito aos salários dos jogadores, pois são 31 jogadores que recebem acima de 10 salários mínimos, um número sete vezes maior do que na região Norte. O Goiás é o principal clube dessa região, sempre apresenta jogadores reconhecidos no cenário futebolístico nacional, por isso, tem grande influencia nesse número de jogadores que recebem acima de 10 salários mínimos. Além do Goiás e Vila Nova, o Gama apresenta-se, no Distrito Federal, como um clube de futebol que montou uma estrutura razoável nos últimos anos.

As três regiões que apresentam o melhor e mais rico futebol do país são Sudeste, Sul e Nordeste. No entanto, é necessário assinalar as particularidades de cada uma dessas regiões para podermos perceber a relação entre o futebol e a economia de cada região.

Analisando primeiro o caso do Nordeste, percebemos grandes disparidades em relação ao Sudeste e Sul.

No Nordeste, temos 1983 jogadores profissionais com registro na Confederação Brasileira de Futebol, ou seja, o segundo maior número de jogadores profissionais. Trata-se do segundo maior mercado de trabalho do futebolístico nacional. Cerca de 1174 jogadores recebem até um salário mínimo. Isso é uma parcela significativa. São salários baixíssimos. Na faixa de maior salário, temos 66 jogadores. Um reduzido número. São 529 jogadores que recebem entre 1 e 2 salários.

Os estados da Bahia e de Pernambuco são responsáveis sem dúvida pelos melhores salários no futebol nordestino, especialmente os times das capitais Bahia e Vitória (Salvador) e Sport Clube do Recife, Náutico e Santa Cruz (Recife). São clubes que sempre disputaram a primeira e a segunda divisões do campeonato brasileiro. Alguns já foram campeões da primeira divisão, como Sport (1987) e Bahia (1988). Isso significa que são clubes que formam bons jogadores e contratam atletas formados no Sudeste e Sul do país. O que em tese é sinônimo de salários mais elevados.

A região Sudeste é a que apresenta o futebol mais desenvolvido, estruturado e competitivo do país. São 3057 atletas profissionais, dos quais 441 recebem acima de 10 salários mínimos. Sem dúvida, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os principais responsáveis por isso. O maior número de grandes clubes do país se encontra nesta região, bem como a parcela mais significativa da economia nacional.

O total de jogadores que recebem mais de 10 salários dessa região é maior do que a soma dos jogadores das demais regiões que recebem salários equivalentes às duas últimas faixas salariais. Além de ser a região com maior participação no Produto Interno Bruto brasileiro, o

Sudeste conta com o fato de ser a região na qual se deu o processo de implementação do futebol no país.

Com relação à região Sul, pensando em termos de estrutura, salários e competições, percebe-se o segundo melhor futebol do país. Conforme a tabela 2 acima, são 1142 jogadores profissionais, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Esta região apresenta a melhor média salarial em termos percentuais. Isso nos leva a articular o futebol com a economia, pois é também no Sul onde se encontra uma economia mais equilibrada. Os três estados desta região estão entre os primeiros quando se trata de níveis de desenvolvimento humano, apresentam menores índices de pobreza.

No futebol da região Sul 135 jogadores recebem mais de 10 salários mínimos. Esta faixa salarial é seguida de perto pelas demais. Temos aproximadamente 8% dos jogadores que recebem acima de 10 salários mínimos, algo bem acima da média nacional. Na região Sudeste, o percentual de jogadores que recebem acima de 10 salários fica em torno de 5%. Com isso, pode-se concluir que a região Sul apresenta de fato a melhor média salarial do futebol nacional. A nossa hipótese sugere que existe estreita relação entre a dinâmica sócio-econômica de cada região e o desenvolvimento do futebol. Na verdade, o futebol é um setor da indústria de entretenimento que vem cada vez mais ganhando importância como vetor da economia.

Vejamos agora o caso específico do Sport Club Internacional, um dos mais conhecidos e maiores clubes de futebol do Rio Grande do Sul.

Nossa pesquisa teve como universo 56 atletas. O grupo de atletas com maior nível salarial é pequeno, este, porém fica acima da média nacional em termos percentuais. Na verdade, o grupo de maior renda (mais de 10 salários) é o menor de todos, no entanto é bastante significativo, pois soma 13% do total, seguido daquele que compreende atletas com renda entre 7 e 10 salários (23%). Este grupo está acima da média nacional. Conforme dados da Folha de São Paulo (31/01/2002), apenas 3,56% dos jogadores profissionais em todo o Brasil recebe de 5 a 10 salários mínimos. A parcela de profissionais que ganha de 10 a 20 salários é cerca de 3,17% do total de jogadores registrados. Isso revela que a média nacional é baixa. Na verdade, a grande maioria (42,62%) dos jogadores de futebol no Brasil ganha em torno de 1 salário mínimo. Aqueles que ganham de 1 a 2 salários mínimos formam 39,55% dos profissionais da bola. Então, podemos afirmar que a média salarial constatada na pesquisa está bem acima da média nacional (RODRIGUES, 2003a).

TABELA 3 - Renda dos Jogadores do SC Internacional (2002)

Renda dos Jogadores					
Faixa Salarial	De 1 a 3 SM	De 4 a 6 SM	De 7 a 10 SM	Acima de 10 SM	Total
%	48	16	23	13	100,0

Fonte: RODRIGUES (2003a).

O leitor pode consultar o nível de renda dos atletas na tabela 3. Nela temos a seguinte distribuição: a grande massa de jogadores (48%) ganha de 1 a 3 salários mínimos. Neste grupo, estão incluídos atletas das três categorias pesquisadas. Talvez isso explique em parte o fato de este ser o maior grupo, pois muitos atletas das categorias juvenil e júnior não são remunerados. Por isso, esta média salarial deve ser tomada exclusivamente tendo como referente a presente pesquisa, sem pretensões de generalização.

6. Desigualdade Racial no Futebol

Tomaremos como base para nossa análise o trabalho de José Jairo Vieira (2002) intitulado “De Jogo em Jogo: Uma análise sobre aspectos raciais e mobilidade social no futebol carioca”, no qual busca analisar a presença do negro no futebol brasileiro, especialmente sob dois aspectos: o mito da inexistência de desigualdade e de discriminação racial e o mito da ascensão social dos negros no futebol. Conclui que alguns valores e crenças relacionados à presença do negro no

futebol, como a ascensão social fácil e a inexistência de desigualdade e discriminação são mitos que não encontram evidências empíricas na realidade dos jogadores profissionais.

É sabido que o jogador negro foi peça fundamental no processo de profissionalização, bem como no processo de construção do *estilo brasileiro* de jogar futebol, algo conhecido como *futebol-arte* (Freyre, 2003; Lopes, 1998). A profissionalização implica em perda de prestígio social do futebol. O que era privilégio das elites (o futebol chegou ao Brasil como um produto da modernidade e um passatempo da aristocracia), se torna um esporte acessível aos pobres, deixando de ser símbolo de distinção social, deslocando-se da esfera dos bens restritos à esfera dos bens ampliados (Bourdieu, 1993). A passagem do amadorismo ao profissionalismo é marcada pela entrada em cena de jogadores de origens populares nos grandes clubes, apesar dos obstáculos quase intransponíveis que tiveram que enfrentar. Os jogadores negros e mestiços são os pioneiros no que viria a ser conhecido como o “estilo brasileiro de jogar futebol” (Freyre, 2003; Rodrigues Filho, 2003). A regulamentação do profissionalismo no futebol teve o papel de resolver parcialmente a tensão racial entre os sócios dos clubes e os jogadores, permitindo que as diferenças fossem mais nítidas e a instalação de critérios eminentemente técnicos na seleção de jogadores. Isso fica evidente quando lembramos a campanha que Rodrigues Filho defendeu nos anos 30 em favor do profissionalismo como forma de dissipar as discriminações aos jogadores negros, como Leônidas, Gradin, e Prego. Na verdade, no Brasil, o profissionalismo liberou os jogadores do elitismo, paternalismo, ajudou-os a criar um estilo nacional de jogar futebol (Lopes, 1998).

Vieira (2002) ainda destaca que os jogadores negros estão em uma situação de desvantagem em relação aos brancos e pardos no que diz respeito à porcentagem de jogadores, grau de escolaridade, escolaridade dos pais e atuais salários.

Diferentemente do Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos, a Sociologia do Esporte, disciplina há mais tempo consolidada, produziu investigações sobre a discriminação e o preconceito sofridos pelos negros no esporte. Nos Estados Unidos, desde a década de 1770 que se pesquisam a participação dos negros nos esportes. Cabe destacar os trabalhos de Edwards (1973). Na Inglaterra, os trabalhos sobre esta problemática são mais recentes, datam da década de 1980. Uma referência obrigatória sobre esta temática é o trabalho de Ernest Cashmore (1982).

Na verdade, o jogador negro somente foi integrado ao futebol brasileiro a partir da metade do século XX. Isso muito em função do profissionalismo e da popularização do futebol a partir da década de 1930. Mesmo assim, é necessário ressaltar que a categoria raça foi utilizada para explicar a derrota da seleção brasileira na partida da final Copa do Mundo de 1950 para a seleção do Uruguai, realizada no Brasil. Os jogadores negros e pardos da equipe (em especial, o goleiro Barbosa) foram considerados os responsáveis pelo placar desfavorável (Vieira, 2002).

Rodrigues Filho (2003), um estudioso da participação do negro no futebol brasileiro, divide a história do futebol em três períodos: 1900/1910 (elitização), 1910/1930 (exclusão de negros) e a partir de 1930 (ascensão social dos negros).

Com relação ao trabalho empírico de Vieira acerca da discriminação racial entre os jogadores de futebol do estado do Rio de Janeiro, é válido destacar a distribuição dos jogadores segundo a cor/raça: 41 % dos jogadores são pardos, 25% são negros e 34,0% são brancos. Uma observação cuidadosa desta distribuição nos leva a questionar a crença comum tão reforçada pela imprensa em nossa sociedade de que a maioria dos jogadores de futebol brasileiros é formada por negros (Vieira, 2002 e 2001).

Para nossa análise importa não apenas a distribuição dos jogadores de futebol por raça, mas a relação entre raça e salário. Por isso, convidamos o leitor a observar a tabela abaixo que demonstra a distribuição salarial dos jogadores de futebol considerando a questão racial.

Tabela 04 – Salário Atual do Jogador segundo a Cor ou Raça

Cor/Raça					
Faixa Salarial	Valor % raça	Branco	Negro	Pardo	Total
Até 1 SM	Valor	29	39	44	112

	% raça	26,6%	48,1%	33,6%	34,9%
De 1 a 2 SM	Valor	19	5	14	38
	% raça	17,4%	6,2%	10,7%	11,8%
De 3 a 4 SM	Valor	15	10	21	46
	% raça	13,8%	12,3%	16,0%	14,3%
De 4 a 10 SM	Valor	10	10	28	48
	% raça	9,2%	12,3%	21,4%	14,9%
De 10 a 20 SM	Valor	9	5	8	22
	% raça	8,3%	6,2%	6,1%	6,9%
Acima de 20 SM	Valor	27	12	16	55
	% raça	24,8%	14,8%	12,2%	17,1%
Total	Valor	109	81	131	321
	% raça	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: VIEIRA (2002).

A tabela 4 é reveladora de uma realidade interessantíssima e surpreendente da distribuição salarial dos jogadores segundo a cor/raça. Um aspecto que chama a atenção é a diferenciação nos percentuais de jogadores que recebem até 1 salário mínimo. Neste caso, temos 48,1% dos jogadores negros contra 33,6% dos pardos e 26,6% dos brancos. Está evidente que são os negros que têm a maior tendência a ocuparem a base da pirâmide da distribuição salarial no futebol. Com isso, pode-se sugerir a hipótese de que o futebol reproduz a desigualdade de renda existente em outros setores da economia. Os negros recebem menores salários.

Quando se observa a segunda faixa salarial, aquela composta pelos rendimentos de 1 a 2 salários mínimos, verifica-se que, de modo diferente da primeira faixa salarial, temos 17,4% dos jogadores brancos contra 10,7% dos pardos e 6,2% dos negros. Isto mostra que, à medida que há uma elevação na faixa salarial, aumenta a presença de pardos em detrimento dos negros nas faixas salariais mais altas. O terceiro estrato (formado pelos rendimentos de 2 a 4 SM) é aquele que apresenta o maior equilíbrio entre três os grupos: 16,0% dos pardos, 13,8% dos brancos e 12,3% dos negros (Vieira, 2002).

Os três primeiros estratos são os de rendimentos mais baixos, nos quais se observa nitidamente uma maior concentração de jogadores profissionais negros. Portanto, os jogadores negros no estado do Rio de Janeiro, que é tradicionalmente conhecido pela elevada parcela de negros na população, recebem menores salários do que os jogadores pardos e brancos.

Quando analisamos os últimos estratos, percebemos que, na faixa salarial de 10 a 20 salários mínimos, encontramos 8,3 dos jogadores brancos contra 6,2% dos jogadores negros e 6,1% dos jogadores pardos. Esta diferença aumenta, ao observarmos o último estrato que compreende os rendimentos acima de 20 salários mínimos, neste temos 24,8% dos jogadores brancos contra 14,8% dos negros e 12,2% dos pardos. Conclui-se que os jogadores brancos estão situados nos estratos mais elevados da distribuição salarial, enquanto os jogadores negros estão mais representados no primeiro estrato, ou seja, aquele de menor rendimento (Vieira, 2002).

O futebol não promove a igualdade racial, tende a reproduzir velhas questões sociais características da sociedade nacional.

7. Considerações finais

O presente trabalho abordou a desigualdade de renda no futebol brasileiro, enfatizando as diferenças nos níveis salariais por região e por raça.

A abordagem sobre a desigualdade regional no futebol brasileiro é importante para o sociólogo interessado em entender não somente o futebol, mas as particularidades de cada região. Percebemos que as regiões de economia mais atrasadas produzem um futebol com precárias estruturas. As regiões Norte e Centro-Oeste são as que possuem o futebol em estágio pouco desenvolvido no país. Por outro lado, é no Sudeste e no Sul que se pode encontrar o futebol com melhores níveis salariais. Nestas regiões estão localizadas grandes empresas de TV que patrocinam o futebol. Na verdade, vimos que o futebol reproduz as desigualdades regionais tão características da sociedade brasileira e verdadeiros pilares da desigualdade social no Brasil. Mas, se o futebol reproduz processos sociais mais amplos é porque ele se encontra diretamente imbricado nas estruturas sociais, institucionais, econômicas e culturais.

Ao discutirmos a desigualdade racial no futebol, com ênfase particular no futebol carioca, vimos que os jogadores negros se concentram na base da pirâmide salarial.

O futebol não promove a igualdade racial, tende a reproduzir velhas questões sociais características da sociedade nacional. São evidentes as desigualdades raciais no futebol brasileiro no que se refere aos níveis salariais. É surpreendente o fato de os jogadores negros receberem menores salários do que os jogadores brancos, pois como se sabe muitas das conquistas do futebol brasileiro são atribuídas aos negros. São eles considerados os arquitetos do futebol-arte (Freyre, 2003, Rodrigues Filho, 2003; Lopes, 1998). O que se pode concluir da discussão acerca das diferenças de renda no futebol a partir da categoria raça, é que no futebol se reproduz as velhas desigualdades raciais históricas que a sociedade brasileira preserva. Faz necessário questionar o mito da democracia racial no futebol e das imensas possibilidades que o futebol proporcionaria para pobres e negros alcançarem a mobilidade social.

O futebol não promove a igualdade, parece que somente reproduz a estrutura do trabalho e do emprego predominante na organização social capitalista que se caracteriza pelas diferenças.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. “Deporte y clase social”. In: AA. VV.: **Materiales de sociología del deporte**. Madrid, Ediciones de la Piqueta, 1993. (Genealogía del poder/23)
- Cashmore, Ernest. **Black Sportsmen**. Great Britain, St Edmundsbury, 1982.
- Carrington, Bruce. “Social mobility, ethnicity and sport”. **British Journal of Sociology of Education**, vol. 07, n. 01, 1986.
- Cattani, Antonio David. “A vida precária: bases para uma nova submissão”. Porto Alegre, 2003 (mimeo).
- Crompton, Rosemary. **Class and stratification: an introduction to current debates**. 2. ed. revista e atualizada. Cambridge, Polity, 1998.
- Edwards, H. **Sociology of sport**. Homewood, Dorsey, 1973.
- Figueiredo Santos, José Alcides. “As divisões socioeconômicas no Brasil à luz da abordagem sociológica de classe social: continuidade de um programa de investigação”. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 22 a 26 de outubro de 2002**, Caxambu, MG, GT 07 – Estratificação e Mobilidade Social. 2002a.
- _____. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Editora UFMG e IUPERJ, 2002b.
- Folha de São Paulo, 31/01/2002.
- Freyre, Gilberto. “Introdução”. In: RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.
- Revista Época**, n. 307, 5 de abril 2004.
- Hoffmann, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo, Edusp, 1998.
- Lopes, José Sérgio Leite. “Futebol mestiço”. **Ciência Hoje**, Revista da SBPC, São Paulo, v. 24, n. 139, junho 1998.
- Mattos, C. **Cem anos de paixão: uma mitologia carioca no futebol**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- Pochmann, Márcio. (Org.). **Atlas da exclusão social: os ricos no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003.
- Scott, John. “Social class and stratification in late modernity”. **Acta Sociologica**, v. 45, n. 1, p. 23-35. Versão on-line: <http://privatewww.essex.ac.uk/~scottj/socscot10.htm>, 2002.
- Rodrigues Filho, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.
- Rodrigues, F. X. F. **Formação do Jogador de Futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2003a. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- _____. “Pós-modernidade, mercado e a mobilidade do jogador de futebol: um estudo empírico sobre os impactos do fim do passe no futebol gaúcho”. **Sociologia e conhecimento: além**

das fronteiras. **Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas/SP, SBS, setembro 2003b.

_____. “A sociologia do trabalho e a sociologia do futebol: uma análise da flexibilização das relações de trabalho no futebol brasileiro (2001–2003)”. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2003c, p. 85–97.

_____. “A sociologia das profissões e a sociologia do esporte: profissionalização e mercado de trabalho no futebol gaúcho”. Caxambu/MG, **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, 2002, mimeo.

Sorj, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Wright, Erik Olin e Perrone, Luca. “Marxist class categories and income inequality”. **American Sociological Review**, v. 42, n.1, p. 32–55, 1977.

Vieira, Jose Jairo. “De jogo em jogo: uma análise sobre aspectos raciais e mobilidade social no futebol carioca”. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 22 a 26 de outubro de 2002**, Caxambu, MG, 2002.

Vieira, Jose Jairo. **Paixão nacional e mito social: a participação do negro no futebol, profissionalização e ascensão social**. (Tese de doutorado em sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 2001.

Zero Hora, “Craques sem emprego”, Porto Alegre, 04/08/2002, Caderno de Esportes.

Francisco Xavier Freire Rodrigues possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2000) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e professor assistente da Universidade de Caxias do Sul (UCS). [fxsociologo@yahoo.com.br]